



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

DECRETO Nº 12.249, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse no âmbito do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, com fundamento na alínea “b” do inciso I do “caput” do art. 126 c.c. o inciso IV, “in fine”, do “caput” do art. 112, todos da Lei Orgânica do Município de Araraquara,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que tem por objetivo orientar a participação de interessados na estruturação de projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP), nas modalidades patrocinada e administrativa, no âmbito do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara (DAAE).

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 2º Para fins deste decreto considera-se PMI o procedimento instituído por iniciativa do DAAE, por intermédio do qual poderão ser obtidos, por empresas interessadas em PPP, nas modalidades patrocinada e administrativa:

I – estudos, contendo opiniões fundamentadas e justificativas sobre viabilidades (técnica, econômica, financeira e jurídica);

II – levantamentos;

III – projetos de engenharia;

IV – investigações;

V – dados;

VI – informações técnicas relevantes;

VII – elaboração da modelagem para implementação de ações; e

VIII – proposição acerca da atualização do Plano Setorial de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 3º Os estudos, arrolados no inciso I do “caput” do art. 2º deste decreto, a critério exclusivo do DAAE, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos, referentes aos projetos de concessão patrocinada e administrativa, objeto do PMI.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 1º Os direitos autorais sobre os estudos apresentados no PMI, salvo disposição em contrário prevista nesse próprio instrumento, serão cedidos pelo interessado participante, podendo ser utilizados incondicionalmente pelo DAAE.

§ 2º Aos autores e responsáveis pelas manifestações de interesse encaminhadas não será atribuída qualquer espécie de remuneração ou vantagem, em decorrência de direitos emergentes da propriedade intelectual, com exceção daqueles que forem aproveitados parcial ou integralmente, em editais de licitação, a serem ressarcidos pelo vencedor da licitação.

§ 3º O DAAE, órgão solicitante, assegurará o sigilo das informações cadastrais dos interessados, quando solicitado, nos termos da legislação pertinente.

§ 4º A utilização dos estudos e modelagem, apresentados no PMI em eventual licitação, não caracterizará e nem resultará na concessão de qualquer vantagem ou privilégio ao interessado que os apresentou.

§ 5º Na hipótese de os estudos apresentados no PMI basearem-se, fundamentarem-se ou veicularem qualquer direito de propriedade intelectual detido por seu autor, compete ao seu autor explicitar:

I - se se trata de segredo industrial; ou

II - se se trata de direito de propriedade intelectual registrado, hipótese em que deverá apresentar cópia do respectivo registro ou carta-patente, expedido por autoridade nacional competente.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE E DO ESTABELECIMENTO DA PPP

Art. 4º A realização do PMI, a ser promovido pelo DAAE, não implicará na obrigatoriedade de realização de licitação e nem significará a abertura de procedimento de pré-qualificação para a licitação da PPP.

§ 5º O participante do PMI não estará impedido de apresentar-se como licitante na eventual licitação para o estabelecimento da PPP, a ser promovida pelo DAAE.

§ 6º Todas as informações fornecidas pelo participante deverão estar em conformidade com o edital do chamamento público do PMI, a ser promovido pelo DAAE, bem como em consonância com a legislação vigente.

§ 7º O participante do PMI deverá responsabilizar-se pela veracidade das declarações e informações, contidas no PMI.

Art. 5º A realização de eventual procedimento licitatório para estabelecimento da PPP não estará condicionada à utilização exclusiva de dados, informações e modelagem, constantes do PMI.

Seção I

Do Grupo Técnico Gestor de Parcerias Público-Privadas



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 6º Fica o DAAE autorizado a instituir por meio de portaria o Grupo Técnico Gestor de Parcerias Público-Privadas (GTG), cujos membros não receberão qualquer tipo de adicional, remuneração, vantagens ou benefícios, sendo porém considerados relevantes serviços prestados ao Município.

Seção II

Do cadastramento e da manifestação

Art. 7º O PMI inicia-se com o cadastramento, e respectivo protocolo, do interessado em participar do PMI, a ser realizado pelo DAAE, através do GTG, sendo que os requisitos para o cadastramento serão discriminados em edital de chamamento público para PMI.

Parágrafo único. Sendo o DAAE, por meio do GTG, responsável pela definição dos parâmetros e das condições a serem elencados no edital de chamamento público para PMI, as informações dos interessados no cadastramento poderão colaborar para melhor elaboração do edital e, dessa forma, contribuir para a atualização, se necessário, do Plano Setorial de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, tornando esse plano mais condizente com a realidade local e regional.

Art. 8º A manifestação dos interessados participantes do PMI deverá ser apresentada, conforme os termos e condições fixados no edital para cadastro no DAAE e, posteriormente, no edital do chamamento para manifestação de interesse.

Art. 9º Ao interessado deverá ser assegurado o direito de solicitação de informações, questionamentos e esclarecimentos, por escrito, a respeito do PMI, em até 10 (dez) dias úteis antes do prazo final estabelecido para a apresentação do procedimento de manifestação de interesse do PMI.

§ 1º Não serão analisados pedidos de informações realizados posteriormente ao prazo limite aludido no “caput” deste artigo.

§ 2º As solicitações de informações, a respeito do PMI, serão respondidas pelo DAAE, por intermédio do Grupo Técnico Gestor de Parcerias Público-Privadas (GTG), através de correspondência formal aos interessados.

Art. 10. O DAAE, através do GTG, a seu critério, poderá organizar sessões de esclarecimento no decurso do prazo aberto para o recebimento das manifestações, mediante convite ou convocação aos interessados, por meio de correspondência formal.

Art. 11. Poderão participar do PMI pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo e, neste último tipo de participação, sem a necessidade de vínculo formal entre os participantes.

Art. 12. Os interessados participantes do PMI serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua manifestação de interesse, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenização ou reembolso por despesas incorridas, nem a qualquer remuneração pelo DAAE, salvo quando parcial ou integralmente aproveitados em edital de licitação.

§ 1º Quando expressamente previstas no PMI hipóteses de ressarcimento, reembolso, indenização ou remuneração, deverão ser observadas as normas da legislação pertinente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 2º É admitida a transferência do ônus do pagamento dos valores decorrentes das hipóteses previstas no §1º deste artigo ao futuro concessionário ou permissionário do projeto sobre o qual ocorrer o PMI, observados os termos e condições do instrumento de solicitação de manifestação de interesse, bem como as disposições relativas à aplicação do art. 21 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e do art. 31 da Lei Federal nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O DAAE, por intermédio do GTG, poderá a seu critério e a qualquer tempo:

I – solicitar dos participantes informações adicionais para retificar ou complementar sua manifestação de interesse;

II - considerar, excluir ou aceitar, parcial ou totalmente, as informações e sugestões advindas do PMI;

III - alterar, suspender ou revogar o edital de chamamento público do PMI; e

VI - contratar estudos técnicos alternativos ou complementares.

Art. 14. O DAAE, através do GTG, deverá consolidar as informações obtidas por meio do PMI, podendo combiná-las com as informações técnicas disponíveis em outros órgãos e entidades integrantes da Administração Municipal, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a outras entidades e a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

Art. 15. O procedimento de que trata este decreto poderá ser utilizado subsidiariamente, e no que couber no curso do processo de consulta pública, a que se refere a legislação aplicável, observadas as formalidades legais próprias de cada um dos institutos.

Art. 16. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 8 de abril de 2020.

EDINHO SILVA

Prefeito Municipal

JULIANA PICOLI AGATTE

Secretária Municipal de Gestão e Finanças

DONIZETE SIMIONI

Superintendente do DAAE

Publicado na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania na data supra.

MARINA RIBEIRO DA SILVA

Coordenadora Executiva de Justiça e Cidadania

Arquivado em livro próprio.